

Professores negros: etnicidade e processo identitário

Maria Catarina Cury

Doutoranda em Educação – PUC

Maria Solange Pereira Ribeiro

Doutoranda em Educação – USP

O problema da identidade profissional, especificamente nas relações étnicas, está no cerne do processo identitário do docente negro, em que cada um continua a produzir no mais íntimo, e da sua maneira, ao romper tréguas e rasgar formalidades para criar novas ambiências. Ao partirmos do princípio de que a identidade não é uma propriedade ou um produto, mas um lugar de lutas e conflitos, pode-se afirmar que o processo identitário é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. É um processo que necessita de tempo. A construção de identidades (classe) ou identidade (indivíduo) passa necessariamente por um processo complexo graças ao qual cada um se apropria de sua história pessoal e profissional. Esse tempo requerido sugere assimilar mudanças para refazer identidades em um processo que não seja permeado de “modismos” mas evocativo de vontades, de experiências, de vivências e até acasos a consolidar gestos, rotinas e comportamentos. No ser individual, uma espécie de segunda pele, o *ser outro* na defesa do conflito da cisão – essa divisória sutil aludindo à diferença: branco/negro.

Existe um processo social e cotidiano, um processo histórico onde se fabrica *o outro*. Sobre a diferença de cor/raça se fabrica o negro pela própria via institucional: família, escola, local de trabalho, pelas ciências permeadas de ideologia, pelas vias normativas, pelas práticas do poder político e pelas construções intelectuais – econômicas, sociológicas e educativas, principalmente a via educacional. O normal é ser branco e pelo caldeamento das culturas nasce e se desenvolve a alteridade do negro, esculpido traço por traço num processo histórico-social desde as suas origens, no caso brasileiro, com a escravidão, não só da cor da pele, mas da essência intrínseca e extrínseca desses anti-sujeitos de nossa cultura embranquecida.

Nossa reflexão parte do entendimento de como se fabricam essas imagens e como funcionam para classificar e excluir pessoas e para enquadrá-las em aparatos ideológicos que neutralizam as diferenças.

Eclea Bosi¹ fala sobre cultura e traduz o enraizamento não como isolamento de influências externas a um determinado meio social, mas porque não existe um todo social. Se há luta pela autonomia cultural é porque não existe esse todo social de que participaria determinado grupo social. O desenraizamento é causa da conquista colonial e representa a supressão violenta das tradições além da dominação econômica. É nesta perspectiva que ela propõe pensar a cultura em termos de desenraizamento, isto é, não adianta buscar o que se perdeu, as múltiplas raízes já se partiram, foram arrancadas, então resta buscar o que pode renascer após a aluvião.

Para trabalharmos com o processo identitário do professor negro há que se atentar para a temática da pluralidade cultural. Considerar, entretanto, a diversidade não significa negar a existência de características comuns ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Ao se respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais, não implica obrigatoriamente em aderir aos valores *do outro*, mas, acima de tudo, respeitá-los como *o outro*, como expressão de uma diversidade que é em si de todo ser humano, diz respeito ao processo mais intrínseco, o da dignidade implícita no processo identitário individual. Para tanto se faz necessário ter um olhar voltado *ao outro* na distinção entre o significado da diversidade cultural e o significado da desigualdade social.

Na relação sensível e vibrante com o que dá para pensar, é viajante o pensamento e pode ser uma aprendizagem ou o movimento do pensar ou ainda, do caminhar. Sob a perspectiva de Certeau, toda cultura requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção e uma transformação, um intercâmbio instaurado em um grupo social, por este fato:

(...) a cultura articula conflitos e volta e meia legitima a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”².

Ainda na dimensão da diversidade e da desigualdade, o recompor a imagem inicial partida em mil pedaços, o alargar as dimensões do eu consciente na direção do eu profundo tem sua expressão nas palavras de Simone Weil³:

“O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”.

A diferença entre culturas é resultado de uma singularidade dos processos históricos em cada grupo social. As culturas são produzidas ao longo da história, no cotidiano, no seu saber-fazer, de suas formas de subsistência e de suas formas de organização seja social ou política, seja nas suas relações com a natureza e meio ambiente, seja com outros grupos na produção de conhecimentos ou do pensar, do pensamento que é também uma aprendizagem.

Ao se defrontarem duas culturas, se o fazem como diferentes formas de existir, o acontecimento fundamental é o revelar-se uma à outra; isto se a relação entre ambas não for de *predador e presa*⁴.

Com um olhar sob este ângulo, todo progresso que se dirige para centralização do poder inclui perdas irreparáveis em relação a tudo o que é realmente precioso. Toda colonização, seja pela invasão de territórios (à antiga), seja pela integração no mercado mundial (à moderna), significa sempre um ato de extrema violência, portanto, na desigualdade social a diferença é de outra natureza. A relação dominação/exploração sócio-econômica e política implica no bloqueio do desenvolvimento autônomo de um determinado grupo social; representa a submissão de parcelas importantes da cultura, da memória e de valores submetidos à uma cultura “padrão”.

No que se refere à discriminação, não se pode compreendê-la sem um olhar ao contexto social onde se situa e acontece e outro olhar à estrutura autoritária que marca sociedade. Os privilégios que marcam nossa sociedade desde sua origem colonial assentam-se em discriminações e preconceitos de toda ordem: socioeconômico, étnico e cultural. Em síntese, dominação, exploração e exclusão, são interagentes e a discriminação é resultante e instrumento desse complexo de relações e produz injustiças que contradizem os princípios de dignidade e de justiça.

O par desigualdade social/ discriminação se articula em dois aspectos: um deles é a impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e outro a não participação democrática na gestão coletiva do espaço público, em uma relação de privilégios onde se assentam as discriminações e os preconceitos já mencionados. Dessa maneira, a médio e longo prazos, não há razões, quaisquer que sejam, a tornar aceitável e justificar tais práticas. À medida que se torna insuportável a discriminação ou o preconceito, dá-se origem por sua vez a um *antipoder*; ou seja, aqueles que sofrem a discriminação começam a *extrojetar* as marcas do opressor hospedadas dentro de si. Desabrocha e amadurece um processo de libertação, na mente em primeiro lugar; em forma de organização, em segundo lugar e finalmente na prática. Assim refaz-se a identidade negada e resgata-se a auto-estima.

O negro brasileiro busca, há muito tempo a superação desse quadro através de movimentos organizados ao longo da história. Assim, com o renascer dos movimentos negros nos anos 70, toma fôlego uma antiga preocupação: a educação e a cultura.

Uma sistemática crítica ao processo educacional permanente dos militantes e pesquisadores resultou no que chamamos hoje de multiculturalismo ou pluriculturalismo, ou seja, sinônimo de diversidade do conhecimento transmitido nos currículos escolares como forma a contemplar as diversas etnias que formam o povo

brasileiro. Fica claro o que queremos, entretanto a luta continua mais e mais acirrada uma vez que falta muito para tornar-se realidade efetiva nas nossas escolas, esse ensinamento que contempla o povo negro.

Para acelerar e dar força ao nascimento de reforma na educação, estabeleceu-se um grupo de ativistas oriundos do movimento negro e professores e pesquisadores dos diversos segmentos, comprometidos com a questão social e direcionados aos temas de pesquisas desenvolvidos na Universidade.

Neste momento, aos olhos dos militantes, havia necessidade de reforma também das Instituições Universitárias com o objetivo de inserir neste espaço do saber, temas de interesse do afrodescendente – tornar visível a presença do negro no quadro nacional – para tanto era necessário lutar dentro de um sistema de produção acadêmica, que sempre rejeitou a propriedade da temática. Quando não rejeitada totalmente, a temática era vista como secundária, como afirma o professor Henrique Cunha Jr., ou *“sob formas mais elaboradas de um ceticismo que usa da própria armadilha do científico para barrar, consciente ou inconscientemente, a evolução da temática”*. Evidencia-se que se trata de um conjunto universitário nacional *eurocêntrico* e também *brancocêntrico*, ou seja, o espaço está cheio de cultura greco-romana sem lugar para qualquer outra que não essa, incapaz ou despreparada para fazer a crítica a essa idealização. Por outro lado, torna-se um grande obstáculo à instauração e desenvolvimento da temática de interesse dos afrodescendentes na pesquisa educacional. A nível nacional, a pesquisa era marcada por formulações do popular e do pobre como forma de contemplar o afrodescendente, estava portanto implícita a negativa ou não reconhecimento de uma etnia.

À busca de um espaço na universidade, para que a discussão e implantação da temática educacional do negro se fortalecessem, era necessária a presença de professores universitários negros dispostos a debater a questão. Podemos citar entre estes, Petronilha B. Silva, Luís Alberto Silva e Henrique Cunha Jr., mentores desse movimento que visava ao trabalho de pesquisa sobre o negro e a educação. O principal objetivo era preparar seus próprios membros para fazer a pós-graduação em Educação e pesquisar a temática. Dessa forma dariam voz ao negro dentro da educação universitária através da criação de linhas de pesquisa que pudessem expandir os estudos sobre as questões étnicas e conquistar espaço para as discussões sobre as africanidades brasileiras. Nessa empreitada entraram na Educação da Universidade Federal de São Carlos, dois membros deste grupo em 1978. Foram grandes as dificuldades enfrentadas por estes professores. A oposição à temática mostrou-se muito forte por diversos caminhos ideológicos conforme expressão manifesta nas palavras de Cunha Jr:

*“a quase totalidade dos docentes do programa tentaram demover-nos a continuar o nosso projeto científico”*⁵.

Hoje temos muitos trabalhos produzidos nas universidades brasileiras por negros e brancos em diversas áreas do conhecimento que contemplam o afrodescendente. Não existe ainda representatividade do negro nos espaços educacionais do ensino superior. Estatísticas do IBGE apontam uma população de 68 milhões de negros no Brasil e apenas 2% possuem curso superior⁶, portanto temos muito ainda para incomodar. Essa foi e tem sido a marca

do povo negro no Brasil e será ainda mais no futuro. Há uma nova geração de afrodescendentes despontando e esta não *engole* a democracia racial e nem o desbotamento de sua identidade, isto se acentua na proporção em que aumenta o grupo de neonazistas, fascistas, que pregam o extermínio de *minorias*. Esse fato tende a forçar uma reação dos excluídos que buscam se organizar em grupos e desenvolvem uma ideologia peculiar de resistência que pode se dar de várias formas: pela afirmação cultural como marca de resistência e de identidade e pela violência explícita, na agressão não menos danosa da ideologia a qual tem sido submetido o povo negro – o medo da humilhação que persegue o afrodescendente.

Num país onde o racismo é mais de marca que de origem, o negro que ainda não tem a sua pele desbotada pela miscigenação pouco adianta o embotamento ideológico uma vez que nas situações de conflito o que vai prevalecer é a sua cor como confirma o professor Milton Santos:

“Quando se é negro, é evidente que não se pode ser outra coisa, só excepcionalmente não se será o pobre”⁷.

Desta forma não há outra alternativa para o negro a não ser buscar a afirmação de uma identidade até então amorfa, ou seja, ser negro com direitos sem que isso se torne um insulto à sociedade mais ampla. Abater o racismo, a desigualdade e a supremacia branca, esta luta vêm sendo empreitada pela militância negra (individual e coletiva) bem como pela juventude da periferia organizada no movimento Hip Hop e pela jovem geração de intelectuais e pesquisadores negros.

Referências Bibliográficas:

BOSI, ECLÉA. “Cultura e desenraizamento”. In: BOSI, ALFREDO. *Cultura brasileira: temas e situações*. 4 ed. São Paulo: Ática 1999. p. 16-41.

CERTEAU, MICHEL DE. *A invenção do cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1994. p.45. CUNHA JR., HENRIQUE. *Pesquisa educacional em temas de interesse dos afro-descendentes*. Disponível em: <http://www.afrodecendencia.hpg.com.br/educa.htm>. Acesso em 20.7.00.

Discriminação e desigualdade. Disponível em: <http://desc.rits.org.br/frame.13.htm.18.14> > Acesso em: 20.10.00.

SANTOS, MILTON entrevistado por Marina Amaral. Disponível em: <http://www.facan.ufba.br/etnomidia/noticia4.htm>. > Acesso em: 20.10.00.

WEIL, SIMONE. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Notas Bibliográficas:

¹ BOSI, ECLÉA. “Cultura e desenraizamento”. In BOSI, ALFREDO. *Cultura Brasileira: temas e situações*. 4 ed. São Paulo: Atíca 1999, p.16-41.

² CERTEAU, MICHEL DE. *A invenção do cotidiano*. 2 ed. São Paulo: Vozes 1994, 2ª ed. p.45.

³ WEILL, SIMONE. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁴ BOSI, ECLÉA. IDEM *ibidem*, p. 17.

⁵ CUNHA JR., HENRIQUE. *Pesquisa educacional em temas de interesse dos afrodescendentes*. Disponível em: <http://www.afrodecendencia.hpg.com.br/educa.htm>. Acesso em 20.07.00.

⁶ *Discriminação e Desigualdades*. <http://desc.rits.org.br/frame.13.htm>.18.14

⁷ Milton Santos entrevistado por Marina Amaral e outros.
<http://www.facan.ufba.br/etnomidia/noticia4.htm>. 20.10.00.